



JUDICIÁRIO

Venda de sentenças assombra TJ-MS

Cinco desembargadores são afastados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul por suspeita de envolvimento no suposto esquema e terão de usar tornozeleira eletrônica. Com um magistrado aposentado, agentes apreenderam R\$ 3 milhões

» RENATO SOUZA

Cinco desembargadores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) foram afastados dos cargos, por 180 dias, sob suspeita de venda de sentenças e corrupção. Eles foram alvos da Operação Última Ratio, deflagrada ontem pela Polícia Federal, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro, extorsão, falsificação e organização criminosa.

Os desembargadores afastados são Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJ-MS; Vladimir Abreu da Silva; Alexandre Aguiar Bastos; Sideni Soncini Pimentel; e Marcos José de Brito Rodrigues. Eles não quiseram se manifestar sobre o caso.

A suspensão deles dos cargos foi autorizada pelo ministro Francisco Falcão, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte também avalizou o cumprimento de 44 mandados de busca e apreensão. Além dos magistrados, foram alvo das diligências nove advogados, servidores públicos e empresários. Falcão decidiu que todos os investigados terão de usar tornozeleira eletrônica e os proibiu de acessarem o tribunal e se comunicarem entre eles.

As buscas ocorreram em Campo Grande, Brasília, São Paulo e Cuiabá. As ações tiveram o apoio da Receita Federal e é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, deflagrada em 2021 (leia Memória).

Corte se manifesta

Em nota, o TJ-MS disse que as determinações estão sendo regularmente cumpridas, sem prejuízo a quaisquer dos serviços judiciais prestados à população e que “não afetam de modo algum os demais membros e componentes da Justiça sul-mato-grossense”.

“Os investigados terão certamente todo o direito de defesa, e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, convencido de que, aos desembargadores, magistrado e servidores referidos, será garantido o devido processo

Divulgação



Na residência de um desembargador aposentado, policiais federais apreenderam R\$ 3 milhões em espécie, inclusive notas em dólar

Divulgação



Em alguns dos endereços de buscas, a PF recolheu vários tipos de armas

legal”, destacou o tribunal.

Durante as buscas, os agentes apreenderam quase R\$ 3 milhões na casa do desembargador aposentado Júlio Roberto Siqueira Cardoso. Os valores foram encontrados em espécie, em notas de R\$ 50, R\$ 100, R\$ 200 e em dólar. Também foram recolhidos documentos, computadores, celulares e arquivos de informática. Cardoso se aposentou do TJ-MS neste ano,

depois de uma carreira de 40 anos na magistratura.

Em outros endereços, foram apreendidas armas, como pistolas, revólveres e espingardas, de acordo com informações da Polícia Federal.

As investigações apontam que filhos dos magistrados, em sua maioria advogados, eram usados para mascarar o caminho do dinheiro pago em propina no esquema de venda de sentenças.



Os investigados terão certamente todo o direito de defesa, e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo”

Trecho da nota do TJ-MS

Os escritórios de advocacia eram utilizados, de acordo com as investigações, para lavar dinheiro.

“Em sua maioria, advogados e sócios de escritórios de advocacia utilizariam de suas pessoas jurídicas na intenção de burlar os mecanismos de rastreamento do fluxo de dinheiro”, aponta o trecho do relatório policial enviado ao Poder Judiciário para obter autorização de realização da operação.

Saiba mais

Advogado assassinado

A investigação tem como base o conteúdo do celular do advogado Roberto Zampieri, que em dezembro do ano passado foi executado com 12 tiros na porta de seu escritório, em Cuiabá, Mato Grosso. Cerca de cinco mil diálogos recuperados pela PF no telefone do advogado já haviam levado também ao afastamento, em agosto, de outros três magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) — dois desembargadores e um juiz de primeira instância — por suspeita de ligação com esquema de venda de sentenças.

Conhecido como o “lobista dos tribunais”, Zampieri foi assassinado aos 59 anos e deixou digitais em decisões sobre grandes demandas, especialmente referentes a disputas de terras, em curso nos TJs de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Memória

Suspeitas em série

A Última Ratio é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, aberta em 2021, que investigou o suposto envolvimento de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul em organização criminosa especializada em fraude em licitações, superfaturamento de obras e desvio de recursos públicos.

Esse inquérito, por sua vez, teve origem em telefonemas interceptados na Operação Lama Asfáltica, e se debruçou sobre a suposta venda de decisões, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e contratação de funcionários “fantasmas”.

Ainda havia a suspeita de que a aquisição de direitos relacionados à mineração de ouro tenha sido utilizada para lavagem de dinheiro.

Segundo a Receita Federal,

a partir dos elementos colhidos na Mineração de Ouro “foi possível identificar que lobistas, advogados e servidores públicos de grande influência se reuniram com a autoridade responsável pela decisão para que esta lhes fosse favorável, prejudicando outras partes da lide que, em alguns casos, foram derrotadas em causas envolvendo propriedades rurais milionárias”.

Envolvidos

O Fisco aponta ainda indícios de envolvimento de advogados e filhos de autoridades no esquema. Ao longo do inquérito, os investigadores identificaram situações em que o magistrado responsável pela decisão já havia sido sócio do advogado da parte interessada.

Magistrados afastados

Fotos: Divulgação



Sérgio Fernandes Martins

Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJMS. Ele está no tribunal desde 2007 e faz parte do chamado quinto constitucional, em que as vagas são ocupadas por membros do MP e OAB, sem realização de concurso.



Vladimir Abreu da Silva

O desembargador Vladimir Abreu é juiz de carreira e foi promovido a desembargador em 2008, em razão de merecimento. Ingressou na magistratura como juiz substituto, na Comarca de Campo Grande, em fevereiro de 1986.



Sideni Soncini Pimentel

Desembargador Sideni Soncini Pimentel, eleito para presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul a partir do ano que vem. Ele está na Corte desde 2008 e é juiz de carreira, ou seja, concursado.



Marcos José de Brito Rodrigues

Marcos José de Brito Rodrigues ingressou na magistratura como juiz substituto, em 1988. Foi promovido por merecimento para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 2008.



Alexandre Aguiar Bastos

Alexandre Aguiar Bastos foi juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS) e também faz parte do chamado quinto constitucional nas vagas destinadas a advogados.